

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Destino comum *DF, Brasília*

"Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais..." Com essas palavras o presidente Juscelino Kubitschek, ao registrar no Livro de Ouro de Brasília, a impressão que lhe ficara na mente, ao sobrevoar num pequeno avião monomotor, a partir da Fazenda do Gama, os cerrados onde a cidade ia ser construída, vaticinou em comovente mensagem a sua visão do futuro sobre a capital da República.

Passados 36 anos dessa histórica declaração, Brasília, depois de ter-se transformado em cérebro das mais altas decisões nacionais, vive um processo de solidão, ameaçada que está da inviabilidade administrativa na condução de seu cotidiano. As razões básicas de tal situação estão no encaminhamento equivocado da sustentação de suas finanças até aqui sem os meios indispensáveis para garantir autonomia financeira.

A orçamentação pública do governo local permanece à míngua de condições libertadoras, de uma receita própria suficiente para cobrir todas as despesas de custeio e de investimentos reclamados para que o Distrito Federal se mantenha habilitado ao exercício de seu gerenciamento maior, em condições de equilíbrio. Arrecadando pouco mais de um terço dos recursos necessários Brasília depende das transferências do Tesouro Nacional para manter em dia suas obrigações de rotina administrativa.

Por definição constitucional os recursos destinados à manutenção da Justiça do Distrito Federal e da segurança pública — em apoio às polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros — são de obrigação do Governo Federal. Essa garantia está sendo quebrada na reforma fiscal ora proposta. Mediante um processo regressivo nas transferências a União impõe às finanças do DF uma tarefa impossível de ser cumprida, qual seja a de assumir os encargos fiscais de gerar

receita para as despesas em questão. Mais ainda, os repasses para manter os programas de saúde e de educação, por igual, estão sob ameaça. Há um propósito já anunciado pelas autoridades financeiras do País no sentido de reduzi-los em cerca de 25 por cento, sem qualquer contrapartida de cobertura para semelhante esvaziamento fiscal.

Brasília, sem sombra de dúvidas, não terá condições de sobreviver institucionalmente, se convertida em realidade tal ameaça. Não é sem outra razão que as lideranças políticas e empresariais mobilizam-se para corrigir essa visão distorcida que implacavelmente remeterá a Capital da República à indigência financeira.

Este jornal, que de há muito vem manifestando sua preocupação quanto à falta de autonomia financeira do DF, junta os seus esforços para enfrentar o desafio político de reverter uma iniciativa implícita na Reforma Fiscal mas que não pode prosperar em seus objetivos, sob pena de uma condenação sem culpa formada. A prevalecer essa determinação, a Nação se veria na posição insólita de recuperar as finanças públicas, nos termos da reforma pretendida, sem, contudo, manter as condições básicas para que Brasília dê sustentação aos Poderes Públicos incumbidos de administrar a prosperidade buscada.

Em estado de alerta máximo em sua consciência cívica a capital brasileira há de encontrar os meios para reagir vitoriosamente à ameaça que tolda os seus horizontes. A fé inquebrantável e a confiança sem limites que ela oferece ao futuro do Brasil hão de prevalecer. A capital mantém-se como cérebro das altas decisões nacionais que não poderão relegá-la à inviabilidade administrativa. A fé inquebrantável e a confiança sem limites prevalecerão. O Brasil e Brasília seguramente poderão realizar solidários os seus grandes destinos.